

A ATUALIDADE E O ENSINO DA GEOGRAFIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Carlos Laete Rodrigues Pascoal¹

Graduando em Geografia

Bolsista do grupo PET-Geo-PUC-Rio

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

E-mail: carloslaete@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre uma perspectiva para o ensino de Geografia e para a escola na atualidade, que leve em consideração as novas conjunturas que se apresentam e que apontam para a necessidade de se realizar uma mudança profunda na forma como o ser humano vem escrevendo sua história.

Desta forma, buscou-se refletir a respeito de uma perspectiva para a Geografia que se demonstre mais eficaz ao objetivo de se apreender a essencialidade dos fatos na atualidade e que, neste sentido, não deixe de considerar todas as problemáticas socioambientais persistentes, oferecendo bases sólidas para a construção de uma alternativa efetiva.

As discussões apresentadas por autores como Morin e Souza a respeito da alternativa representada pelo que denominam “projeto autonomista”, são, então, levadas em consideração na construção de um discurso onde se busca conferir um papel diferenciado à instituição escolar - diante de seu potencial de propagar mudanças estruturais - e ao ensino da Geografia - diante do seu conteúdo de trabalho - na implementação deste que seria um projeto de construção e consolidação de um sentido verdadeiramente humano para a existência do homem no planeta Terra.

Palavras-chave: atualidade, projeto autonomista, mudanças estruturais, ensino de Geografia, escola

THE PRESENT AND THE GEOGRAPHY TEACHING: SOME REFLEXIONS

Abstract

The current article seeks to reflect about a perspective to the teaching of geography and to the present school that takes into consideration the new circumstances that are presented and that indicate the necessity to realize a deep change in the way as the humans are writing your history. In this way, the study aims to reflect about a new perspective to the geography teaching that shows more efficacious to apprehend the essential facts at present, and in this purpose, to consider all the social and environmental persistent problems, offering solid bases to the construction of an effective alternative. The debates showed by Morin and Souza about the represented alternative, denominated autonomist project, are take into consideration in the construction of a speech that seeks to confer a prominent place to the school institution – in front of your potential to propagate structural changes – and to the geography teaching - in front of your work contents – in the implementation of this project that would like to be a project of construction and consolidation of a real human meaning for the human existence in the Earth.

Keywords: present, autonomist project, structural changes, geography teaching, school.

¹ Trabalho orientado pelo Professor Doutor César Alvarez, pertencente ao quadro docente do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Introdução

Abriram-se as cortinas e o século XXI vai aos poucos se apresentando. As expectativas para o novo século, que era anunciado enquanto portador das soluções para todas as grandes problemáticas da humanidade, vão aos poucos se transformando em frustração e desilusão.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2007), um bilhão de pessoas encontra-se abaixo da linha da pobreza em todo o mundo, o que representa 40% da população para a África Subsaariana. E ainda que de acordo com o relatório anual sobre a fome no planeta, divulgado pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2007), entidade ligada à ONU, nunca se tenha produzido tanto alimento no mundo, ironicamente a esse cenário, cerca de 826 milhões de pessoas são vítimas da fome em seu estágio mais avançado.

Aproximadamente 10 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade morrem, todos os anos, em sua grande maioria por motivos que poderiam ser evitados, com a implementação de medidas médicas e sanitárias básicas (Unicef, 2006). E o contexto alarmante se desdobra ainda mais.

O desenvolvimento na forma como vem se dando ameaça, em última instância, a própria possibilidade de existência do ser humano em um futuro não muito distante, como nos mostra um relatório compilado pela Universidade das Nações Unidas (ONU, 2007). Ele revela que até 50 milhões de pessoas terão de migrar nos próximos dez anos por causa da desertificação que atinge várias regiões do planeta.

No entanto, olhando para a situação brasileira, mais especificamente, assistimos a uma inserção passiva do país no atual contexto da globalização. Medidas como a liberalização produtiva, comercial, financeira e cambial (Governo Collor, FHC e Lula) caracterizam-se como uma adesão e um enquadramento, quase incontestado, das mais diversas políticas nacionais às exigências impostas pelos principais organismos internacionais no contexto de suas teorizações neoliberais.

Para países periféricos como o Brasil, onde se sabe o projeto fordista-keynesiano não se realizou por completo, tais ajustes dos programas de

governo às políticas neoliberais configuram-se como reflexos perversos à população, uma vez que, por exemplo, o enxugamento dos encargos sociais pode significar a carência quase que completa no que concerne ao oferecimento dos mais diversos serviços básicos, como o fornecimento de água, luz, saúde, educação e habitação.

Entretanto, ao mesmo tempo em que são distintas e facilmente perceptíveis essas questões e as problemáticas socioambientais – como o aquecimento global e o aumento da desigualdade e da fome –, agravadas no mundo todo pela propagação da atual lógica capitalista de produção das espacialidades, poucas e fracamente efetivas são as alternativas percebidas. Sente-se, assim, a falta de ideologias realmente alternativas, uma vez que, as apresentadas, em geral, constituem arremedos, soluções parciais e limitadas para problemáticas isoladas, não apresentando críticas ao modelo como um todo, mas combatendo apenas alguns de seus aspectos.

Desta forma, o fato é que, de acordo com diversos autores como Milton Santos, Maria da Conceição Tavares e Octavio Ianni, nos deparamos com um cenário de manipulação e de controle do acesso à informação, e de um sistema de conjunturas incrivelmente complexas. Todo esse contexto nos impõe uma série de situações coercitivas que nos cercam, nos oprimem e atuam no sentido de conformar ideologicamente os indivíduos a agirem de acordo com uma série de normas impostas. Isso ocorre de tal modo que, ainda que as mais diversas situações desencadeiem sentimentos de indignação e de revolta no meio social, as conjunturas impostas pelo que é conclamado nos veículos de comunicação, como uma força invisível e avassaladoramente poderosa (ainda que de caráter condenável e desumano), criam uma situação de confusão diante da falta de alternativas e de distribuição de responsabilidades. Assim, o conformismo termina por se fazer predominante.

Em um mundo cada vez mais complexificado, principalmente pelas ciências e técnicas (sistema técnico) da informação; este passa, também, a ser confusamente percebido, devido aos obstáculos e armadilhas impostas ao entendimento a respeito da desumana lógica funcional do sistema capitalista e da sua nova aparência que se estabelece (SANTOS, 2004).

Assim, concordamos com Santos (2004, p.37) quando esse define o referido processo como “produtor de uma perversidade sistêmica”. Neste contexto, o referido autor discorre sobre estruturas totalitárias tirânicas constituídas por parte do dinheiro e da informação, e nos coloca que a realidade mundial atual é física e moralmente insuportável para uma enorme massa de indivíduos. Desse modo, a História, ao ser feita, não pode continuar acontecendo de maneira que venha agravar ainda mais as carências e piorar as condições.

Nessa perspectiva, as idéias que serão expostas neste trabalho estão de acordo e defendem a convicção de que aos profissionais envolvidos com a docência de Geografia é exigido, hoje, um maior comprometimento social, de maneira que esses não podem permanecer inertes diante da situação pela qual vem passando a humanidade nestes últimos anos, visto que o conteúdo com o qual eles trabalham é altamente relacionado ao entendimento da realidade do mundo e da realidade dos indivíduos, bem como aos próprios ideais de cidadania e democracia. Afinal, acreditamos não ser possível pensar, por exemplo, em uma Geografia Brasileira, distanciando-a do efetivo processo de formação do cidadão brasileiro, crítico, autônomo.

A partir disso, torna-se importante discutir sobre a(s) função(ões) social(is) do professor de Geografia em tempos de globalização, e neste sentido, refletir sobre os caminhos para o ensino de Geografia na atualidade.

Buscaremos, assim, realizar uma análise do referido processo sob um olhar geográfico, para podermos, em uma segunda parte, atingir o objetivo central do trabalho. Nesta análise, pretende-se, necessariamente perpassando pela instituição escola, discutir a funcionalidade do ensino da Geografia e do conteúdo geográfico na atualidade e, portanto, frente ao processo de globalização, de modo a buscar apreender (sem determinar) perspectivas que possam colaborar para a construção de um melhor entendimento a respeito das mudanças necessárias.

Neste sentido, buscar-se-á refletir a respeito de formas de efetivar o que acreditamos ser sua mais importante potencialidade na atualidade: alterar a lógica de reprodução e consolidação do atual processo em seu caráter

perverso, no estabelecimento de um modelo democrático/humanista de desenvolvimento, baseado, portanto, no progresso da humanidade e não da materialidade. O fato é que se torna urgente a erradicação da situação atual.

A atualidade e o processo de globalização: uma perspectiva geográfica.

O termo globalização foi mais amplamente difundido pela imprensa internacional, em meados da década de 1980, chegando aos limites atuais da ridicularização de sua utilização com fins científicos. Muitos intelectuais dedicam-se ao tema, associando-o aos mais diversos fenômenos, dinâmicas e processos.

A globalização tornou-se mesmo o paradigma atual e o termo ganhou um vasto conjunto de significados, apresentando uma série de tratamentos. Isso nos permitiu chegar a tal ponto que passamos a ter afirmações grosseiras, de modo que, em uma parcela dos casos, caracterizam mais que um descomprometimento com a verdade, apresentando um caráter “maquiavélico”, que será mais bem discutido nos próximos tópicos.

Assim, existem inúmeras divergências nas teorias a respeito da globalização, sendo o mercado um fator decisivo para todas. Alguns autores defendem mesmo que tal processo teria se iniciado nos séculos XV e XVI, com a expansão marítimo-comercial européia, e continuado nos séculos seguintes até assumir sua forma atual ².

Dessa forma, entendemos a globalização como parte do processo histórico-geográfico de desenvolvimento do modelo capitalista de produção sócio-espacial e sua lógica de reprodução ampliada do capital; o qual, por sua vez, necessitando superar obstáculos à obtenção de lucros, apropria-se por meio de um jogo dialógico das mais diversas formas, processos e fenômenos humanos, criando diante da falta de colocação de limites e de alternativas mais

² A respeito desta discussão, muito nos acrescenta Braudel (1985) quando discute a questão da expressão economia-mundo, nos apresentando esta enquanto determinada economia que, não necessariamente precisa consistir na totalidade existente na medida em que constitua um todo econômico.

efetivas, condições perceptivelmente cada vez mais propícias a seu fim maior de estabelecimento de um mercado a nível global.

Nesse sentido, o referido processo configura o fato de que o modelo capitalista de produção das espacialidades conseguiu, após 1945, expandir-se, praticamente hegemônico, na organização da vida humana em todas as suas esferas (política, econômica e cultural). Para tanto, utilizou-se das tecnologias advindas da terceira revolução técnico-científica e de todas as formas de coerção permitidas pela hegemonia do projeto neoliberal no nível das economias internacionais, acarretando um conjunto complexo de transformações nas diversas esferas de (re)produção da sociedade de uma maneira geral, em uma escala global: a globalização.

Ou ainda como nos coloca Santos (2006: 331):

O movimento de racionalização da sociedade que marcou o século das luzes e o início da revolução industrial foi, pouco a pouco, ocupando todos os recantos da vida social e alcança, agora, um novo patamar, com o que podemos chamar de racionalização do espaço geográfico.

[...]

Essa nova etapa do processo secular de racionalização é essencialmente devida à emergência de um meio técnico-científico-informacional, que busca substituir o meio natural e o próprio meio técnico, produz os espaços da racionalidade e constitui o suporte das principais ações globalizadas.

As considerações contidas em Harvey (1992) também vêm trazer grande colaboração, na medida em que o autor nos apresenta a noção de variabilidade sócio-histórica dos modos de regulação da acumulação capitalista. Isso nos permite considerar que presenciamos, hoje, o período de crise do capitalismo tardio. Nele, as transformações percebidas no que dizem respeito as mais diversas relações espaciais correspondem às mutações decorrentes da passagem para um novo regime de acumulação do capital e de um modo de regulação social e político em que predomina a denominada acumulação flexível.

O autor supracitado ainda nos elucida a respeito do referido processo quando nos apresenta que a passagem do fordismo para a acumulação flexível implica transformações sócio-políticas (e culturais) relevantes. Elas atingem os vários mecanismos de regulação social e política das múltiplas contradições

que permeiam os possuidores de capital e, principalmente, entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Desse modo, tendem a ocorrer alterações importantes nos padrões de concorrência intercapitalista e nas relações entre capital e trabalho (HARVEY, 1992).

Na busca por articular estas concepções do processo de globalização, com nosso entendimento de espaço geográfico e com a reflexão teórica buscada, também vieram acrescentar as teorizações apresentadas por Castoriadis, Morin e Souza, em obras como “A criação histórica”, de 1992, de Castoriadis, “Por uma reforma do pensamento”, de 1999, e “O desafio da complexidade”, de 2000, de Morin. Contribuíram, ainda, as obras “A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica ou sobre a necessidade de uma teoria aberta do desenvolvimento sócio-espacial”, do ano de 1996, e “O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista”, de 2000, escritas por Marcelo José Lopes de Souza.

De acordo com esses autores, o intenso progresso tecnológico e científico desencadeado após o término da segunda grande guerra fez com que o complexo, o dinâmico não pudesse mais ser desconsiderado e terminou por desencadear o solapamento das teorias fechadas, auto-explicativas, dicotômicas e desconexas, consolidando o fim da ordem e das certezas e a ascensão do que se poderia chamar de paradigma da complexidade, que acreditamos representar um importante passo em busca de melhores conjunturas e, portanto, deve ser aqui considerado.

Neste ponto, torna-se necessário, no entanto, alertamos para o fato de que buscamos fugir de um enquadramento, na medida em que, enquanto sua primeira ressalva, Morin (2000, p.331) nos alerta para um fato: mais do que um paradigma da complexidade (o que determinaria uma contradição para toda sua teorização), trata-se mesmo de uma problemática da complexidade.

Morin (1999, p.22), nos aponta que no desenvolvimento da humanidade em seus múltiplos aspectos, tornou-se predominante o que ele chama de paradigma da simplificação, o qual seria baseado em três princípios básicos: o princípio da separação, o princípio da ordem e o princípio da lógica.

Dessa maneira, configurando-se sob a forma de um novo paradigma, a teoria da complexidade questiona a certeza dos resultados, a separação e a fragmentação dos conceitos e conteúdos, bem como o fechamento de teorias igualmente desconexas, descontextualizadas e inquestionáveis. Para essa nova forma de entendimento no universo, ordem e desordem, determinado e indeterminado, se entrelaçam em uma relação que, por ser dialética, é complexa. Para estes novos pensadores, a completude, a totalidade, jamais poderá ser apreendida, fato que, no entanto, não mais deve representar um problema para a ciência.

De acordo com estes pressupostos, o todo deve ser apreendido ao mesmo tempo enquanto mais e menos que a soma das partes (MORIN, 1999); isto é, o todo nada mais é que um contínuo vir a ser, onde para cada novo momento e a para cada observador, a totalidade inicialmente apreendida irá constituir-se como um novo todo. Originado por um contínuo, dialético e, portanto, complexo processo de integração - desintegração – reintegração sistêmica entre as partes, para cada novo momento subtraem-se e emergem novos aspectos inexistentes no momento anterior, que, ao mesmo tempo, serão diferentemente apreendidos por diferentes observadores.

Sendo assim, compreender o espaço a partir dessas perspectivas exige, dentre diversas outras questões, compreender a impossibilidade de apreender a realidade em sua totalidade (pela consciência na infinitude de relações que nesta encontram-se intermitentemente se dando). E, além disso, colocar-se diante de um grande desafio, que consiste em saber conviver com o fato de ter o compromisso com a verdade de buscar entender o espaço geográfico em sua totalidade.

A partir dessa perspectiva, portanto, devemos compreender que os fenômenos/processos/dinâmicas que se apresentam, material ou simbolicamente diante de nós, localmente e, portanto, relacionados com dinâmicas locais, representam (sem determinismos) dinâmicas inerentes a esta totalidade. Isso porque se encontram relacionados e são resultados (idem) de um processo histórico maior de diálogo entre a lógica espacial local e uma lógica maior, inerente à dinâmica da humanidade; ou seja, do homem em

sociedade na configuração da abstração que constitui o que podemos chamar de totalidade-mundo, sem, no entanto, nos esquecer de que essa totalidade não existe materialmente. Afinal, “cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes” (SANTOS, 1996, p. 115).

Nesse sentido, a compreensão do espaço geográfico e do processo de globalização, em sua funcionalidade espacial, perpassa pelas categorias de totalidade/totalização. A totalidade deve ser entendida como a realidade em sua integridade, o conjunto de todas as coisas e homens, a totalidade de todas as relações, que, portanto, encontram-se em movimento, no processo histórico; a totalização.

“O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 2006, p. 337).

É por meio desta sistematização teórica que Milton Santos chega à concepção e ao entendimento de que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 1996, p. 273). É no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Neste sentido, “não existe um espaço global, mas apenas espaços da globalização” (SANTOS, 2006, p. 337).

Assim sendo, pensar os espaços da globalização exige pensar os atores que o definem dentro de suas práticas, na dinâmica das relações de poder que se estabelecem sobre o espaço, e que, por outro lado, são definidos por este. Os atores, como já colocamos, são as populações locais, os governos e suas diversas instâncias, as grandes empresas, as corporações e os outros representantes do grande capital internacional, em suas relações desiguais e combinadas.

Trata-se de realizar verdadeiras análises de conjuntura em um caráter complexo; uma mistura analítica envolvendo conhecimento e descoberta, uma leitura da realidade movida pela ânsia do saber, desvendar os interesses e

objetivos econômicos, políticos e sociais das diversas forças sociais em luta, considerando as relações de escala (local, regional, nacional e internacional) e categorias como acontecimentos; cenários; atores; relação de força entre os atores (confronto, coexistência e cooperação) e articulação entre estrutura e conjuntura (relação temporal) (Souza, 1999).

Assim, com o objetivo de permitir uma melhor reflexão sobre o referido processo, novamente nos baseamos em Santos (2004, p. 23), quando nos afirma que, a fim de entender o complexo processo de globalização que se desenvolve enquanto fase histórica é preciso que se entendam dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política.

No entanto, também não se pode deixar de considerar seu alerta, ao afirmar que para entender o mundo real, e não correr o risco de cometer enganos frente aos obstáculos dados ao entendimento, precisamos considerar que este, atualmente, passa a se apresentar a nós sob três formas: um mundo como é, uma fábrica de perversidades; um mundo como nos fazem crer, permeado de fabulações; e um mundo como possibilidade, uma outra globalização (SANTOS, 2004, p.18).

O mundo como fabulações, o estado das técnicas e da política.

De acordo com Santos, em suas discussões a respeito da evolução e da ontologia do espaço geográfico (2006, p. 233), a história da evolução da humanidade na Terra é a história da apropriação e alteração do espaço pelo homem, permeada por técnicas que, na maioria das vezes, configuram-se enquanto sistemas técnicos.

Na atualidade, a apropriação capitalista da produção de tecnologias propiciou ao sistema técnico atual se configurar enquanto um sistema técnico único, capaz de se manifestar em nível planetário, devido principalmente à grande evolução da microeletrônica e das tecnologias de informação, o meio técnico-científico informacional.

Esse novo sistema técnico é capaz de unificar todos os outros antecessores ao redor de si, e apresenta-se ao capital enquanto sua possibilidade material maior de movimentação.

Entretanto, a globalização, pensada enquanto um processo espacial, também é resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado globalizado, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes.

O processo de globalização, como vem se realizando atualmente, amparado pelas bases científicas do neoliberalismo, estabelece a desigualdade como uma condição necessária. Aqui, esse processo é percebido como uma visão economicista e reducionista da realidade humana, o que não significa necessariamente que não é portador de valores. No entanto, esses se encontram submetidos aos interesses do mercado.

Amparado por bases neoliberais, ao mesmo tempo em que o referido sistema técnico se coloca a serviço do capital e sua lógica de reprodução ampliada, a política exercida pelos Estados cada vez mais se transmuta em uma política exercida por empresas, devido à possibilidade de se realizar a produção em escala mundial, expropriar, e obter uma mais-valia universal.

Assim, o processo de globalização se enquadra dentro de um conjunto de (re)estruturações capitalistas como resposta à necessidade de expansão infinita da taxa de lucros. Essa necessidade de aumento de lucros, adicionada à possibilidade de obtê-los através de uma produção em escala mundial, desencadeia a emergência de uma competitividade em todos os planos, configurando-se incompatível com práticas altruístas e, portanto, com a solidariedade.

Essa é uma lógica global preponderante, consolidada principalmente pela ação de empresas, instituições e corporações transnacionais. O objetivo maior é, portanto, realizar (e criar condições para que se realize) uma acumulação de capital via espoliação³, chocando-se a todo o momento com as mais diversas lógicas, nas mais distintas escalas geográficas.

³ A respeito de uma melhor definição do termo, ver Harvey, 2005.

Muito embora o referido sistema técnico-científico-informacional tenha criado as condições de uma nova e moderna visão do mundo, ele não conseguiu evitar – enquanto paradigma capitalista de produção – uma fonte reveladora de imensas desigualdades sociais, diversidades e fragmentações locais, nacionais e regionais.

Assim, o fato é que o fenômeno mundial da globalização atinge, com maior ou menor intensidade, a tudo e a todos e atua imprimindo uma série de novas formas à vida cotidiana, material e social, em nível planetário. No entanto, o que se percebe é que o processo de globalização em marcha, muito embora pareça ter acabado com os limites geográficos, não eliminou a fome, a miséria e os problemas políticos de milhões de globalizados que vivem (ou sobrevivem) abaixo da chamada linha da pobreza absoluta.

Permeados por tal conjuntura, somos bombardeados por idéias e valores que justificam e legitimam os novos processos, fenômenos e políticas globais desencadeados, que não possuem responsáveis e tampouco bases para serem questionados – por mais destrutivas e excludentes que elas sejam.

É assim que através da hegemonia exercida pelo pensamento econômico neoliberal, mais do que explicar processos, multiplicam-se e se estabelecem ideologias, sentidos, valores etc., de tal modo que são quebradas as resistências e cria-se um clima cultural favorável à saúde dos negócios, ainda que à custa dos mais diversos ideais inerentes a uma ética humanitária.

Dessa forma, a seguir, buscaremos trazer a reflexão sobre o processo de globalização, a partir de uma perspectiva que, comprometida com a empiricidade e essencialidade dos fatos, busca observá-lo por meio de uma perspectiva geográfica.

A globalização perversa: os espaços da racionalidade e a necessidade de uma mudança estrutural

Devemos ter em mente o fato de que esse processo apresenta um caráter funcional perverso, responsável por criar um maquinário ideológico que

funciona no sentido de obscurecer a realidade, criando a referida sensação de inevitabilidade, e possibilitando a lógica capitalista legitimar sua ordem.

Isso porque, conforme já colocamos, ainda que muitas e facilmente perceptíveis sejam as problemáticas socioambientais agravadas em todo o mundo pela propagação da lógica capitalista de produção das espacialidades, sente-se a falta de ideologias realmente alternativas. As alternativas apresentadas, em geral, constituem remediações, soluções parciais e limitadas para problemáticas isoladas, não apresentando críticas ao modelo como um todo, mas combatendo apenas alguns de seus aspectos.

Ou, como nos coloca Santos (2005, p. 165), nestes espaços da racionalidade, o meio técnico-científico-informacional substitui o meio natural, constituindo-se enquanto suporte(s) para as ações globalizadas, subordinando todas as relações à sua lógica. E assim, as ações tornam-se cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar.

Concomitantemente, no entanto, percebemos a ocorrência de um outro fenômeno social, ao qual Santos (2004, p. 46) denomina de confusão dos espíritos. Ele explica, de forma resumida, que a imprescindibilidade no mundo atual de um discurso antecedendo a tudo, a começar pela própria técnica, a produção, o consumo e o poder fazem com que a ideologia se torne presente como realidade. Configura, assim, uma situação na qual os indivíduos não são capazes de perceber, na essencialidade dos fatos, o que é real e o que não é, o erro e o acerto.

Dessa forma, assistimos à imensa maioria da população que, afastada dos centros de decisões e controle pelo funcionamento excludente da nova lógica capitalista, incapaz de compreender mesmo seus princípios neoliberais, não encontra pontos de referência para se tornar agente de influência política no processo global.

De acordo com Santos (2004, p. 62), a grande questão é que, desta vez, o aumento da possibilidade de entendimento do mundo não veio como quando da primeira revolução industrial e do Renascimento, junto de uma evolução das idéias que possibilitasse, também, uma evolução social e moral.

Vale ressaltar que consideramos fundamental, para um real entendimento da discussão proposta neste trabalho, salientar o carregado conteúdo ideológico do termo globalização, particularmente no que se refere à criação e consolidação de um ambiente intelectual ideal para a adoção de políticas econômicas e sociais favoráveis aos grandes interesses econômicos e financeiros que operam no plano internacional.

Nesse sentido, o autor supracitado, ao discorrer sobre o caráter perverso do referido processo, nos alerta que devemos considerar em primeiro lugar a tirania do dinheiro e da informação. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar, segundo um novo ethos, as relações sociais e interpessoais, de maneira que desencadeiam outros fenômenos/processos, influenciando mesmo o caráter das pessoas.

O despotismo por parte da informação se estabelece na medida em que os poucos atores detentores das técnicas informacionais utilizam-nas de acordo com seus interesses particulares. Manipulam-se, então, as informações que são entregues ao leitor na forma de ideologias, mascarando o evento e possibilitando o desenvolvimento e estabelecimento de fábulas e mitos, constituintes de "um subsistema ideológico sem o qual a globalização, no seu formato atual, não se explicaria" (SANTOS, 2004, p. 43).

Assim, o capital só se torna violento e tirânico porque é servido pelo sistema técnico das comunicações. Isso se explica uma vez que o despotismo por parte do dinheiro se estabelece graças ao desenvolvimento do setor financeiro e à monetarização da vida cotidiana, que possibilita a ascensão do dinheiro em estado puro, recriando seu fetichismo pela ideologia (SANTOS, 2004, p. 43).

Desse modo, diante desta dupla tirania, inerente à nova forma de configuração espacial da lógica capitalista - a globalização – assistimos ao manutenção, aprofundamento, criação e recriação das diversas problemáticas socioambientais.

Nesse sentido, até porque nos é tão cara esta perspectiva, não podemos deixar de considerar todo o indeterminismo inerente à personalidade e a

criatividade do ser humano, ator protagonista desta trama. É necessário analisar este grau de desordem, de indeterminação, presente no jogo dialógico de produção do(s) espaço(s) geográfico(s). Do contrário, deixaríamos de considerar as mais diversas formas de resistências a serem desenvolvidas pelas mais distintas populações no(s) local (is), escala onde as totalizações se objetivam.

Deixar de realizar essa constatação é deixar de perceber o caminho mais óbvio para uma mudança possível aos rumos da história. Afinal, é nesta dinâmica; neste diálogo, neste embate entre a ordem distante que se introjeta e a lógica/ordem local, vivida, praticada; que os indivíduos, em sua busca pela sobrevivência, se reconhecem no processo, percebendo sua situação de expropriados, o que permite a busca e o desenvolvimento de estratégias.

No entanto, o que se percebe, como nos coloca Ianni (2002), é que diante da necessidade de justificar sua lógica contraditória e destrutiva, o capitalismo cria, através de seus principais agentes que detêm o monopólio da produção de informação, uma série de falsas teorias, discursos e ideologias que atuam no sentido de criar conformismos e manter a lógica.

Dessa forma, a globalização é perversidade na medida em que obscurece o entendimento da situação, o que dificulta sua análise e a tomada de consciência a respeito do processo por parte dos indivíduos, enaltecendo a ordem e complicando a tarefa de sua transformação (SANTOS, 2004).

Ou, de acordo com o que nos apresenta Tavares (1999), o fato é que tal processo se desenvolve multiplicando e estabelecendo, como verdade, fantasias cuja repetição, entretanto, acabam por se tornar uma base aparentemente sólida para sua interpretação e entendimento.

E assim, o fato é que estamos inseridos em um período de crise global, no qual diversas variáveis do sistema chocam-se e exigem novas definições e arranjos, de maneira que, o que temos, não são crises sucessivas, mas diversas manifestações de uma crise que é estrutural (SANTOS, 2004, p. 33).

Emergem questões como a homogeneização dada pela imposição de valores e ideologias e a produção de um mercado global para atender estritamente à lógica do capital, que se dá, quase sempre, em detrimento de

uma lógica humana, ou melhor, um sentido humano para as práticas cotidianas. Nesse contexto, essa lógica capitalista se materializa. No entanto, devido à confusão dos espíritos que se estabelece, ela se configura como se constituísse o único caminho possível; o modelo único.

E como nos coloca Souza (2000, p. 70), o que a ideologia capitalista burguesa até então chamou – e ainda conclama – como desenvolvimento se traduz em mero crescimento econômico, atrelado a uma modernização tecnológica que geralmente resulta no agravamento dos problemas sociais. Percebe-se, nessa perspectiva, a necessidade de formar uma consciência espacial coletiva para a prática da cidadania.

A este ponto, acreditamos ter se tornado mais clara a ligação que buscamos realizar no presente trabalho entre três aspectos: a situação global atual, e a necessidade de constituição de uma nova percepção por parte das mais diversas instâncias da sociedade sobre a atualidade em processo, e a relativa preponderância que, neste sentido, é configurada pela escola e o ensino da Geografia.

Nessa relação, o contexto global na sociedade moderna deve ser entendido como uma realidade em processo – na qual as relações sociais encontram-se submetidas aos valores inerentes às relações capitalistas de produção em detrimento de valores humanitários. Já a conjuntura escolar, deve ser analisada enquanto instituição dedicada à transmissão dos conhecimentos acumulados pelas mais diversas formações espaciais (sócio-espaciais) aos futuros cidadãos em formação. O terceiro aspecto relacional, o ensino da Geografia, deve ser visto enquanto área da transmissão de conhecimento pela/na escola, dedicado, como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Geografia (PCN`s), ao desenvolvimento, nos indivíduos, de competências e habilidades relacionadas com a compreensão do mundo e do espaço onde vivem, bem como sua posição dentro deste, como ator social.

No entanto, ao observar o funcionamento da grande maioria das escolas públicas, o que se identifica, no Brasil, é um deficiente desenvolvimento da autonomia intelectual dos indivíduos e, portanto, de um também deficiente conhecimento/entendimento mais crítico e sistêmico e de uma fraca

capacidade de reflexão a respeito da complexidade sócio-espacial e da realidade mundo por parte destes, tanto em caráter individual como coletivo. Isso não pode deixar de ser percebido na medida em que se desenrola em forte consonância com uma aceitação pacífica por parte destes, de todas as vicissitudes desencadeadas pela materialização e reprodução da lógica capitalista globalizada no espaço.

Assim, a seguir, buscaremos refletir a respeito de uma perspectiva para a escola enquanto instituição reprodutora dos valores e conhecimentos tidos como importantes para a reprodução da sociedade como um todo, e para a Geografia, enquanto ciência do espaço, na tentativa de viabilizar a constituição e o estabelecimento de uma conjuntura de caráter efetivamente contrário à ordem global imposta.

A escola, o ensino de Geografia e algumas reflexões em torno da efetivação de um projeto de autonomia: a atualidade e a construção de uma nova perspectiva para o processo histórico.

A insistência, neste trabalho, na importância do papel da escola e particularmente do papel da Geografia na formação ideológico/cidadã dos indivíduos advém da percepção de que, se quisermos contribuir para a existência de indivíduos livres, autônomos e críticos, é muito importante fazer com que eles entendam a sociedade em que vivem nos seus diferentes aspectos e o seu próprio papel dentro dela.

Afinal, como nos coloca Delval (1998), é imensamente importante que as crianças aprendam a entender a sociedade e que sejam capazes de analisar os fenômenos sociais e de vê-los criticamente.

Assim, como sabemos, não é de agora que a função da escola é discutida. Não podemos deixar de considerar as contribuições ao debate trazidas por importantes sociólogos da educação como Bourdieu e Gramsci. De uma maneira geral, eles nos apontam que a instituição escolar – que deveria contribuir para tornar o aluno um indivíduo autônomo, crítico e capaz de se

relacionar positivamente com os outros e com o mundo – termina por uniformizá-los, limitando-os a meros espectadores/ reprodutores da realidade e da ordem vigente. Nesse contexto, a propagação de mitos sociais, como o da igualdade de oportunidades, da liberdade e do progresso serviriam como ferramentas ideológicas, atuando no sentido de obscurecer o verdadeiro funcionamento do sistema e manter o *status quo*.

Assim sendo, em última instância, a escola considerada por pedagogos e filósofos modernos como um instrumento para a libertação do homem e para o progresso social, coloca-se, a exemplo do Estado, a serviço do mercado, atuando no sentido de promover os indivíduos das classes sociais dominantes e reproduzir a estrutura social. Reproduzem-se e transmitem-se, nesse sentido, idéias e atitudes que tendem à conservação da ordem social e que fazem com que as pessoas, historicamente formadas no respeito à autoridade e no temor e incompreensão diante da mudança, não desejem que a situação seja modificada e sintam-se muito mais seguras com as coisas da forma como estão (DELVAL, 1998).

No entanto, os mesmos autores também vêm nos apontar que ainda que a escola esteja inserida e estruturada de acordo com o modelo capitalista de produção, ela ainda detém uma outra funcionalidade possível.

Essa apresentaria uma grande potencialidade de deflagrar profundas mudanças estruturais, e de se tornar uma ferramenta de libertação para os indivíduos pela sua característica (que lhe é quase que exclusiva) de atuar incisivamente na formação dos indivíduos.

Ou como nos coloca Carvalho (1997, p. 71-87), quando discorrendo sobre a tecnologia e a educação tecnológica, no mundo globalizado existe uma grande força no sentido de fortalecer as desigualdades sociais. Ele afirma que esta força somente poderá ser atenuada a partir de uma ação educacional que trabalhe nos educandos uma percepção da realidade como um todo; uma ação que seja mais humanista e abrangente, que transmita os conhecimentos tecnológicos e informacionais necessários ao desenvolvimento. Além disso, é necessário promover também a capacidade de criatividade e inovação dos indivíduos, sendo ao mesmo tempo crítica, uma ação que direcione para o

conhecimento da complexidade do mundo, das diversidades culturais, do respeito às identidades, da aceitação do multiculturalismo e, portanto, da possibilidade de uma vida humanitária e pacífica sobre o planeta.

Neste momento, percebemos a necessidade de uma mudança na forma como a história vem sendo construída, para todas as pessoas que desejam e se comprometam com um mundo melhor, principalmente para os profissionais da área geográfica e, preponderantemente, para os professores de Geografia. Essa ênfase se dá devido ao fato de o processo da globalização atual, disseminador de perversidades como se caracteriza, se encontrar necessariamente estabelecido sobre um sistema ideológico que o justifique. Fato esse que vai de encontro à função do ensino de Geografia nas escolas, nos ensinos fundamental e médio, como nos é colocado pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais (PCN e DCN). Deve-se prover um conjunto de habilidades e competências que capacitem o aluno a compreender a realidade que o cerca em sua dimensão espacial – tanto física quanto humana – e no contexto de suas transformações, velocidade e complexidade, posto ser esta a contribuição específica da Geografia em qualquer instância, seja relacionada à pesquisa, ao ensino ou à própria vida: compreender o espaço geográfico (PCN, 1998b).

A partir dessa perspectiva, o ensino de Geografia apresenta-se essencial para que outros ideais, que não os mercadológicos, sejam buscados. Mais do que isto, o sistema de ensino como um todo – enquanto instância social capaz de desencadear mudanças estruturais – deve ser considerado preponderante pelas políticas públicas e privadas e, ainda, passar por mudanças estruturais que atinjam desde a práxis cotidiana ao espaço físico, e, além disso, busquem contextualizá-lo e (re)funcionalizá-lo, para que possa se tornar uma instituição propagadora de conhecimentos, ideais, valores e normas, encontrando-se realmente comprometida com fins humanitários.

Em essência, é necessária a consolidação de uma nova pedagogia que, já amplamente discutida no Brasil e no mundo, parece encontrar dificuldades de ser implementada. Ela tem de responder à difícil tarefa de levar em consideração e incorporar as mudanças pelas quais a humanidade vem

passando nos últimos anos. Assim, faz-se primordial a necessidade de desenvolver metodologias inovadoras de trabalho, que sejam, portanto, mais eficientes ao objetivo de, fugindo aos padrões e vícios inerentes ao paradigma simplificador, dar conta do mundo contemporâneo em sua complexidade.

O que, no entanto, se percebe, diante do discurso único estabelecido pelo sistema perverso discutido, é que as mudanças no sistema de ensino – como toda uma série de reformas que são atualmente implementadas pelos governos em busca de melhor se enquadrarem na nova lógica global – são, em geral, percebidas como respostas às mudanças pelas quais passam não a sociedade como um todo, mas o mercado. No caso do sistema de ensino, em especial, o mercado de trabalho, caracterizando o manutenção de uma perspectiva simplista da realidade e o fortalecimento das mesmas estruturas perversas.

Entendemos que neste ambiente de globalização, o ensino fica vinculado a um mercado muito competitivo que se modifica em função do avanço tecnológico freqüente e constante, contribuindo para a situação apresentada por Santos como “confusão dos espíritos” (SANTOS, 2004, p. 46). Isso funciona no sentido de conformar os ânimos em prol do manutenção da ordem vigente.

Acreditamos, nesse sentido, ser necessário buscar a instituição de um sistema de ensino que se encontre comprometido com o ideal de construção e de criação de um homem para a sociedade, e, simultaneamente, da modificação do meio social para o benefício do homem.

Mais do que inserir os indivíduos no mercado, a escola deve possibilitar que os indivíduos questionem mesmo a economia em suas leis gerais de funcionamento, bem como a sociedade como um todo.

Esse homem, para a sociedade, é o cidadão entendido enquanto o indivíduo que, consciente de seu papel no contexto social, é capaz de projetar o futuro, vislumbrar perspectivas dignas da existência, bem como expressar sua maneira de entender o mundo, por meio de crenças, manifestações culturais e práticas sócio-políticas, com qualidade de vida; isto é, habitando um ambiente agradável e sustentável, provido de água, calor e energia na medida adequada, com assistência médica e alimento de qualidade.

Assim, o projeto autonomista, colocado por autores como Souza e Morin, com base nas teorizações de filósofos como Castoriadis, é tomado aqui como uma perspectiva alternativa para as mais diversas formações espaciais em busca de um outro sentido para a história.

De acordo com esta perspectiva apresentada por Souza (2000, p. 76), enquanto detentora de um sentido individual e um sentido coletivo interrelacionados, o indivíduo autônomo, aqui equiparado ao entendimento do conceito de cidadão, é aquele que, autônomo no que diz respeito à sua capacidade de refletir a respeito do mundo e de si mesmo, possui a capacidade de realizar escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A partir desse prisma, em uma perspectiva coletiva, este se traduz enquanto o consciente e explícito autogoverno de uma sociedade dada. Ou como nos coloca Santos (1987, p. 41-42), "o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo".

Em suas palavras, encontra-se um posicionamento claro contra o consumismo que conduz o modelo de reprodução do capital e a falácia de um sistema que, se auto conclamando representante da democracia, normatiza e aprisiona os indivíduos. Nesse sentido, o fato é que, já em meados da década de 80, Santos apontava sua compreensão da cidadania, distinguindo os novos consumidores de cidadãos, a fim de nos apontar que:

O consumidor não é cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos; a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes, e as diversões pagas; ou de bens conquistados para participar ainda mais do consumo, como a educação profissional, pseudo-educação que não conduz ao entendimento do mundo (SANTOS, 1987, p. 41).

Não há, desse modo, cidadão no mundo entre os que apregoam os valores da sociedade ocidental e a globalização da forma como essa vem se dando: de maneira totalitária e tirânica. E dentro deste contexto, Santos questiona mesmo a democracia brasileira. Diante da perceptível falta do

exercício da cidadania por parte da população, o autor nos alerta que o eleitorado "não é forçosamente cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não-cidadão se esgota no momento do voto" (SANTOS, 1987, p. 41).

Sendo assim, como não podemos deixar de perceber, dentro de um contexto de reestruturação educacional, e da busca pela efetivação de um projeto autonomista para a humanidade, a Geografia assume papel extremamente importante na busca de uma outra possibilidade para a existência humana que não esteja centrada na mercadoria. Isso se dá na medida em que esta é capaz de apreender (ainda que nunca totalmente) e propor um novo uso para as técnicas no espaço, permitindo o entendimento do estado e a tomada de medidas prospectivas na produção de uma organização socioespacial mais condizente com os anseios humanos.

Neste ponto, a situação inerente à ciência Geográfica, de ser complexa por natureza, vem se fazer positiva no momento atual, já que nos coloca em posição de vantagem frente às demais ciências; fato que ao mesmo tempo vem nos delegar uma maior responsabilidade para com o momento atual.

Na medida em que há um caráter espacial em toda prática social, há, também, um caráter social da espacialidade, de tal forma que o conhecimento geográfico é, a cada dia, mais indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse mesmo espaço nas práticas sociais (CAVALCANTI, 1998).

Desse modo, deve-se deixar claro que consciência espacial é aqui entendida como sinônimo de percepção do espaço como elemento importante de nossa organização social, presente em nosso cotidiano.

Ao mesmo tempo, a noção de cidadania é nesta análise entendida como o adjetivo inerente a pessoa que, sabendo de seu mundo, procura influenciá-lo, organizando-se coletivamente na busca, não só de seus direitos, mas, também, lutando por uma organização da sociedade mais justa e democrática (KAERCHER, 2002).

Assim, com a finalidade de se tornar atrativa aos olhos dos alunos e de servir ao ideal de mudança, os conteúdos tratados devem, necessariamente, encontrar-se referenciados ao real. E mais do que isso, devem buscar se aproximar da realidade do aluno, fugindo do objetivo de explicitar o conteúdo por ele mesmo. A idéia é permitir que os alunos percebam a integração destes entre si e entre estes e os outros conhecimentos a partir de uma lógica maior; e, ainda mais do que isso, se percebam enquanto atores do processo em curso.

Sabemos que a Geografia possui enorme potencialidade de contribuir através do trabalho com seus conteúdos, ao fim de se alterar a lógica mercantilista inerente à realidade socioespacial globalizada. Além disso, não podemos descartar, também, o fato de que as décadas de 80 e 90 foram marcadas por uma melhora na qualidade dos livros didáticos produzidos e na reflexão sobre o ensino da Geografia (PONTUSCHKA, 2002) – o que se caracteriza como um grande esforço em torno de melhores metodologias de trabalho com o conteúdo geográfico. No entanto, explicar este mundo complexo, “pedagogizá-lo”, sem cair na simplificação é extremamente difícil (OLIVEIRA et al., 2002). Fato esse que percebemos como fundamental para o desenvolvimento e consolidação do processo de perversidade discutido.

Diversos são os autores que têm discorrido sobre o fato de que, em geral, a Geografia ministrada nas escolas de ensinos fundamental e médio, extremamente comprometida com uma visão descritiva, fragmentada e simplista dos fatos sociais, não tem conseguido trabalhar e colaborar para o entendimento da complexidade dos processos, fenômenos, formas etc., inerentes à realidade socioespacial. Dados esses que são, agora, ainda mais complexificados pela lógica globalizante, porque não possibilitam a análise e a construção de um conhecimento do espaço que conduza ao seu sentido, sem desagregá-lo e sem dualismos, geralmente apresentando seus conceitos de forma a-histórica, abstrata e neutra.

No entanto, como se pode perceber, os avanços nos livros didáticos não foram acompanhados por avanços com outras formas de trabalho com o conhecimento Geográfico na escola. As inovações tecnológicas foram

subutilizadas e as metodologias de ensino permanecem desinteressantes em sua grande maioria.

Os temas transversais propostos pelos projetos nacionais para a educação não são complementados por temas particulares, inerentes às particularidades e a realidade de vida dos alunos. Ademais, a prática interdisciplinar encontra-se sob risco de se materializar em uma forma tosca de integrar temas de estudos por justaposição (CAVALCANTI, 2002). Assim, a Geografia parece ainda ter muito que se atualizar, no sentido de buscar novas práticas pedagógicas, que permitam a transmissão do conhecimento de maneira mais integrada, dialógica e sistêmica, e que propicie a ação social.

Dessa forma, por diversos motivos, o que se percebe por parte da gestão pedagógica, bem como por parte de uma grande maioria dos professores de Geografia, é o manutenção das velhas metodologias de ensino e dos também já muito criticados projetos pedagógicos que se caracterizam por serem simplificadores, dicotômicos, estáticos e, conseqüentemente, desconexos da realidade do aluno.

Diversos são os autores e podemos dizer mesmo que amplo é o diálogo, na atualidade, a respeito da necessidade de se desenvolver e trabalhar com novas perspectivas na prática escolar, e mais particularmente no ensino da Geografia, que se configurem capazes de dar conta destes novos aspectos iminentes do real. Esses, por sua vez, não podem deixar de ser considerados, ainda mais diante do fato de que o manutenção de tais conjunturas constitui-se enquanto um importante fator para sustentar e justificar as relações capitalistas de produção e de poder sob a forma como se dão em nosso momento atual e frente a qual já nos colocamos no presente trabalho.

O fato é que, infelizmente, também para a academia, na qual tal discussão chega a determinados momentos parecer ultrapassada, predominam as dicotomias, as fragmentações, os currículos separados determinando o manutenção das estruturas tradicionais. Nem mesmo a problemática em torno da necessidade de aproximação entre academia e comunidade, também já amplamente discutida, foi superada, de modo que fica a dúvida de onde devem partir as mudanças.

Dessa forma, a fim de propor a finalização das argumentações, acreditamos ter ficado claro o fato de que o conteúdo das aulas de Geografia – que se constituem no estudo do mundo, das formas de tratar a natureza, das configurações territoriais, da organização do espaço e das disputas de poder que neste se estabelecem – designa, para esta disciplina e para os docentes da área, o potencial de corroborar, de acordo com a forma como estes forem trabalhados, para a construção de um conhecimento autônomo e integrado (sistêmico) a respeito da realidade mundo por parte dos indivíduos, e, portanto, para a construção da cidadania.

Nesse sentido, toda a discussão aqui realizada busca defender a argumentação de que o profissional docente deve, portanto, ser ativista por excelência – como nos coloca Paulo Freire (2004), reconhecendo a impossibilidade de neutralidade no processo educacional. Dessa forma, cabe ao docente de Geografia atuar no combate à estrutura perversa que discutimos, priorizando a desmistificação, em sala de aula, das falsas teorias, paradigmas e ideologias, que são atualmente consolidadas pelos meios de comunicação de massa e que, em geral, apresentam concepções acerca das transformações em curso criadas (e impostas) pela ideologia dominante.

Afinal, ainda que, em geral, o referido processo, em seu caráter perverso, criador de problemáticas e de conformidades, encontre espaço na precária construção, há, na escola, a perspectiva de um conhecimento mais eficaz, que visa a um entendimento mais integrado e autônomo a respeito da realidade; um conhecimento capaz de possibilitar, aos futuros cidadãos, que encontrem, na essencialidade, fatos, parâmetros de identificação, distinção, e entendimento a respeito do que realmente informa e o que aliena, bem como formas de atuação. Percebe-se, dessa maneira, que o discurso único inerente a este é frágil à essencialidade dos fenômenos e à realidade empiricizada.

Assim, em se tratando de um trabalho comprometido com uma perspectiva metodológica de abertura, não se poderá, nunca, chegar a soluções precisas. No entanto, em se reconhecendo a precariedade e gravidade da situação em que se encontra a grande maioria da população mundial, e frente a toda a problemática a respeito da alteração das condições

de vida e existência sobre o planeta, não se pode mais deixar de considerar, ou mesmo pormenorizar, a importância do professor e do ensino da Geografia de modo mais específico. Isso permitirá a construção e o desenvolvimento, por parte do aluno, de uma autonomia cidadã, e, portanto, levará ao combate às conjunturas que configuram o momento atual em seu caráter perverso.

Considerações finais

As extremas deficiências do modelo atual de se conduzir um progresso sustentável na sociedade do consumo origina-se na imposição de que o valor máximo de um ser é seu poder de compra, de manutenção dos meios de reprodução e do modo convencionalizado de viver. Colocam-se de lado valores ético-morais e filosófico-espirituais que dão, via de regra, condições de transcender ao oferecido (ou imposto), de forma autônoma e essencialmente humana.

Logo, caracteriza-se como primordial a necessidade de uma mudança urgente de paradigma – que talvez não seja na técnica e sua reprodução, mas na aplicação desta nas sociedades. Isso deve se dar na forma pela qual se conduz o pensamento do indivíduo, que, afinal de contas, deve recuperar seu livre-arbítrio e sua capacidade de extrapolar os ditados, culminando em uma consciência solidária.

Neste momento em que os indivíduos se vêem “bombardeados” de informações pelos meios de comunicação, é perceptível que ficam a desejar, dentro de sua formação escolar, algumas construções teóricas alternativas que propiciem o exercício de um pensamento articulador (porque sistêmico). E que, ainda, seja responsável pela construção de um quadro geral onde as dinâmicas envolvidas possam ser interpretadas de maneira simultânea e interligadas, permitindo uma melhor compreensão da complexidade inerente à realidade-mundo, e a construção de perspectivas alternativas para esta globalização perversa.

Desse modo, em nível de uma relativa conclusão, parece-nos ter ficado clara a estreita relação existente entre a questão da perversidade discutida, inerente ao processo atual de globalização, e a deficiência do modelo educacional como um todo, bem como as deficiências inerentes ao ensino da Geografia em particular. Desse modo, os indivíduos carentes de uma formação mais sistêmica a respeito da complexidade da realidade mundo aceitam como verdade tudo que lhes é dado e se submetem, sem questionar, à lógica capitalista, globalizada e destrutiva.

Atualmente, mais que saber operacionalizar o conhecimento geográfico em seu cotidiano, o aluno deve saber relacionar/integrar este conhecimento com os demais. Para tanto, deve perceber os nexos existentes, sem, contudo, se esquecer de que, em uma realidade conflitiva e complexa, o processo é dialógico e, portanto, aberto. O espaço, enquanto categoria analítica central da Geografia, deve ter seu entendimento construído como um arranjo proveniente do somatório de transformações oriundas das várias atividades sociais, logo, em constante processo.

Afinal, o espaço geográfico está em suas múltiplas concepções, desenvolvendo-se permanentemente em nosso cotidiano. Justifica-se, assim, a necessidade premente de se desenvolver um entendimento articulado deste, de modo a estimular, nos indivíduos, um conhecimento decodificador, capaz de relacionar, analisar, criticar e interpretar as relações constituidoras das estruturas que nos rodeiam.

O pensamento único, no entanto, se posta contrário a tudo que é humano. O motor que dita a forma pelas quais os indivíduos devem se portar, agir, conviver, gera uma sociedade da forma, na qual o ter supera o ser. Deparamo-nos, assim, com uma sociedade paranóica em torno da competição desenfreada, afastando o ideal intrínseco de liberdade, alimentado pela humanidade. E é por crer na produção de um homem desumanizado a partir da técnica, subjugada ao mercado, que buscamos, via de regra, o trabalho com as conceituações, o desenvolvimento e as propostas apresentadas.

Assim, parece coerente finalizar afirmando que as imposições estabelecidas pelo sistema atual – ao contrário da forma inevitável como vêm

sendo apresentadas – podem ser discutidas, alteradas e mesmo evitadas por meio da formação de uma consciência que busque, acima de tudo, a criação e o desenvolvimento de uma lógica contra-hegemônica.

Mais do que isso, considerando a perversidade da situação e a responsabilidade a que todos nós - indivíduos, cidadãos e profissionais – temos para com o processo histórico, é imprescindível uma mudança de posicionamento por parte de toda a sociedade; uma mudança baseada na solidariedade e em fins realmente humanos e altruístas. Todavia, visto que esta tarefa se apresenta por demais complexa, torna-se imprescindível, como base de sustentação, uma instituição escolar que possibilite a construção de um conhecimento integrado, sistêmico e complexo da realidade mundo.

Ao mesmo tempo, e por fim, cabe buscar uma nova função para o conteúdo da Geografia que é transmitido a todos os indivíduos. Isso porque “o pensamento geográfico articulado abre-se como possibilidade explicativa necessária para a construção de uma realidade socialmente mais justa, e para a construção de um Brasil mais democrático, onde o território seja de fato um bem comum, um patrimônio nacional apropriado em benefício do conjunto da nação” (MORAES, 2005).

Referências

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a.174p.

BRASIL. MEC. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental – Introdução dos Parâmetros Curriculares. Brasília: MEC/SEF, 1998b.138p.

BRASIL. MEC. SEMTEC. Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia, 2002. 241p.

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Lisboa: Editora Teorema. 1985. 123 p.

CALLAI, Helena Copetti. O ensino em estudos sociais. 2. ed.rev. Ijuí, Rio Grande do Sul: Editora Unijuí. 2002. 150 p.

CARVALHO, M. G. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. In: Educação & Tecnologia. Revista Técnico-Científica dos programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs PR/MG/RJ. 1. ed. Curitiba, 1997, 143 p.

CASTORIADIS, Cornelius. A criação histórica e a instituição da sociedade. IN: CASTORIADIS, Cornelius et al. A criação histórica. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 83 – 101, 1992.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.); CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. Ensino de Geografia, Práticas e Textualização no Cotidiano. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2005. 172 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas, SP: Editora Papirus. 1998. 192 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. Boletim Goiano de Geografia: Vol.22, n. 2, Jul/Dez 2002. 123-136 p.

DELVAL, Juan. Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998. 245 p.

DINIZ, Maria do Socorro; CANDAU, Vera Maria. Do espaço vivido ao ensinado - o desafio do ensino da geografia no 1º grau. 229 [24]f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 148 p.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 244 p.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. Revista Estudos Geográficos, v. 2, n. 1, p. 29 – 42 jan./jun. 2004.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 9. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 208p.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. 271 p.

KAERCHER, Nestor André. O gato comeu a Geografia Crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Orgs.). Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. v. 1, p. 1-383.

LACOSTE, Yves. Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1988. 263p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e história no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2005. 154 p.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. IN: PENA-VEJA, Alfredo e ALMEIDA, Elimar Pinheiro (Org). O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro. Garamond. 1999. p 21 – 35.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 6a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. 344p.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita. IN: A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p 21- 34. 2003

OLIVEIRA, Cesar Alvarez C. (Org.); DUARTE, Ronaldo Goulart (Org.); MATHIAS, Miguel Tavares (Org.); RODRIGUES, Rejane Cristina de Araújo (Org.). Anais do Ciclo de Debates e Palestras sobre Reformulação Curricular e Ensino de Geografia. Rio de Janeiro: Gráfica UERJ, 2002. v. 01. 73 p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de (Orgs.). Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. 383 p.

RUA, João, et al. Para ensinar geografia: contribuição para o trabalho com 1º e 2º graus. Rio de Janeiro: Editora Access. 1993. 311 p.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Editora Nobel. 1988. 88 p.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2004. 174 p.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora EDUSP. 2005. 170p.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. Ed. 2º reimpr. - São Paulo: Editora EDUSP. 2006. 384 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. Território, Laget/UFRJ. Relume/Dumará, n. 1, vol. 1, p. 5-22. dez 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p. p.43-87.

GOMES, Paulo César da Costa. O planejamento e a gestão das cidades numa perspectiva autonomista. Território, LAGET/UFRJ, n. 8, p. 67- 100, jan/jun. 2000.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar Geografia. O desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Editora Annablume. 2004. 188 p.

TAVARES, Maria da Conceição. Destruição não criadora. Rio de Janeiro: Editora Record. 1999. 304 p.